

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Relatório da Administração / Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	26
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	64
Proposta de Orçamento de Capital	65
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	66

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	67
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	70

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	370.676.009
Preferenciais	80.037.389
Total	450.713.398
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/03/2010	Dividendo	19/03/2010	Ordinária		0,03164
Reunião do Conselho de Administração	16/03/2010	Dividendo	19/03/2010	Preferencial	Preferencial Classe A	0,03164
Reunião do Conselho de Administração	16/03/2010	Dividendo	19/03/2010	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03164
Reunião do Conselho de Administração	23/05/2010	Dividendo	24/05/2010	Ordinária		0,01906
Reunião do Conselho de Administração	23/05/2010	Dividendo	24/05/2010	Preferencial	Preferencial Classe A	0,01906
Reunião do Conselho de Administração	23/05/2010	Dividendo	24/05/2010	Preferencial	Preferencial Classe B	0,01906
Reunião do Conselho de Administração	27/08/2010	Dividendo	27/08/2010	Ordinária		0,03447
Reunião do Conselho de Administração	27/08/2010	Dividendo	27/08/2010	Preferencial	Preferencial Classe A	0,03447
Reunião do Conselho de Administração	27/08/2010	Dividendo	27/08/2010	Preferencial	Preferencial Classe B	0,03447
Reunião do Conselho de Administração	04/11/2010	Dividendo	16/11/2010	Ordinária		0,02078
Reunião do Conselho de Administração	04/11/2010	Dividendo	16/11/2010	Preferencial	Preferencial Classe A	0,02078
Reunião do Conselho de Administração	04/11/2010	Dividendo	16/11/2010	Preferencial	Preferencial Classe B	0,02078
Reunião do Conselho de Administração	24/02/2011	Dividendo	15/03/2011	Ordinária		0,04295
Reunião do Conselho de Administração	24/02/2011	Dividendo	15/03/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,04295
Reunião do Conselho de Administração	24/02/2011	Dividendo	15/03/2011	Preferencial	Preferencial Classe B	0,04295

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	410.846	403.593	330.248
1.01	Ativo Circulante	178.093	168.755	98.360
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.850	66.865	16.118
1.01.02	Aplicações Financeiras	23.417	14.827	3.306
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	23.417	10.362	3.306
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	22.988	10.362	3.306
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	429	0	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	4.465	0
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	0	4.465	0
1.01.03	Contas a Receber	96.963	60.844	57.785
1.01.03.01	Clientes	96.963	60.844	57.785
1.01.04	Estoques	1.193	978	947
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.689	11.003	8.726
1.01.07	Despesas Antecipadas	431	221	1.309
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.550	14.017	10.169
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	12.550	14.017	10.169
1.01.08.01.01	Títulos de créditos a receber	3.057	4.317	3.657
1.01.08.01.02	Outros créditos	9.493	9.700	6.512
1.02	Ativo Não Circulante	232.753	234.838	231.888
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	175.694	167.418	151.051
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	493	468	0
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	493	468	0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.419	0	3.275
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.419	0	3.275
1.02.01.03	Contas a Receber	8.207	8.207	8.207
1.02.01.03.01	Clientes	8.207	8.207	8.207
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	162.575	158.743	139.569
1.02.01.09.03	Títulos e créditos a receber	3.787	4.697	6.604
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	8.331	9.214	9.168

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09.05	Créditos tributários	51.008	60.799	64.679
1.02.01.09.06	Cauções e depósitos vinculados	1.016	1.325	892
1.02.01.09.07	Contas a receber da concessão	94.006	77.108	53.714
1.02.01.09.08	Outros	4.427	5.600	4.512
1.02.02	Investimentos	2.057	1.434	660
1.02.02.01	Participações Societárias	2.057	1.434	660
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.057	1.434	660
1.02.04	Intangível	55.002	65.986	80.177
1.02.04.01	Intangíveis	55.002	65.986	80.177

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	410.846	403.593	330.248
2.01	Passivo Circulante	138.115	215.784	64.896
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.960	24.307	16.124
2.01.01.01	Obrigações Sociais	28.960	24.307	16.124
2.01.02	Fornecedores	33.842	30.448	27.388
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.639	141.253	7.007
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	40.326	81.386	7.007
2.01.04.02	Debêntures	313	59.867	0
2.01.05	Outras Obrigações	34.674	19.776	14.377
2.01.05.02	Outros	34.674	19.776	14.377
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.368	130	133
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	2.201	1.373	191
2.01.05.02.05	Parcelamento de impostos	1.195	1.994	1.140
2.01.05.02.06	Encargos do consumidor a recolher	3.504	1.906	2.052
2.01.05.02.07	Benefícios a empregados -plano de pensão	276	0	0
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas	1.745	1.621	1.447
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	16.385	12.752	9.414
2.02	Passivo Não Circulante	192.443	113.207	187.252
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	173.841	98.882	172.786
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	114.181	98.882	170.561
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	114.181	98.882	170.561
2.02.01.02	Debêntures	59.660	0	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	0	2.225
2.02.01.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	2.225
2.02.02	Outras Obrigações	18.602	14.325	14.466
2.02.02.02	Outros	18.602	14.325	14.466
2.02.02.02.03	Fornecedores	578	640	279
2.02.02.02.04	Tributos e contribuições sociais	1.798	1.229	859
2.02.02.02.05	Parcelamento de impostos	3.983	2.991	6.607

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.02.02.06	Provisões para contingências	10.627	8.722	6.301
2.02.02.02.07	Benefícios a empregados-plano de pensão	850	0	0
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	766	743	420
2.03	Patrimônio Líquido	80.288	74.602	78.100
2.03.01	Capital Social Realizado	44.171	44.171	44.171
2.03.02	Reservas de Capital	7.921	7.921	7.921
2.03.04	Reservas de Lucros	28.196	24.139	33.972
2.03.04.02	Reserva Estatutária	9.875	9.875	10.589
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	18.321	14.264	23.383
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-1.629	-7.964

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	395.875	364.996	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-272.992	-261.133	0
3.03	Resultado Bruto	122.883	103.863	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-35.820	-44.355	0
3.04.01	Despesas com Vendas	3.881	-14.735	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-39.161	-30.172	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.003	1.362	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.543	-810	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	87.063	59.508	0
3.06	Resultado Financeiro	-6.372	-5.124	0
3.06.01	Receitas Financeiras	23.356	16.646	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.728	-21.770	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	80.691	54.384	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.374	-18.369	0
3.08.01	Corrente	-33.047	-23.088	0
3.08.02	Diferido	5.673	4.719	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	53.317	36.015	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	53.317	36.015	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	74.711	70.572	95.583
6.01.01	Lucro líquido do exercício	53.317	36.015	43.928
6.01.02	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	25.170	19.546	40.486
6.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-16.096	4.503	-9.031
6.01.05	Depreciação e amortização	16.253	14.290	16.329
6.01.06	Valor residual de ativos permanentes baixados	1.436	1.933	1.240
6.01.07	Imposto de renda e contribuição social	17.004	11.065	0
6.01.08	Créditos tributários	10.630	3.880	11.847
6.01.10	Reversão de Provisão para contingências	1.016	1.925	-1.103
6.01.11	Marcação a mercado de derivativo	0	-2.225	-11.187
6.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	0	153	2.202
6.01.13	Variações nas contas do ativo circulante e não circulante	-31.428	-32.631	8.367
6.01.14	Variações nas contas do passivo circulante e não circulante	-2.591	12.118	474
6.01.15	Efeitos da adoção dos padrões internacionais de contabilidade	0	0	-7.969
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.225	-26.200	-36.874
6.02.01	Aplicações no investimento	-622	-774	-165
6.02.02	Aplicações de ativo imobilizado	0	-40.586	-52.773
6.02.03	Aplicações no intangível	-33.156	-1.589	-929
6.02.04	Contribuições do consumidor, União e Estado	9.553	16.749	16.993
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-87.500	6.375	-119.020
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	9.432	91.183	25.388
6.03.02	Pagamento de empréstimo -principal e juros	-58.538	-45.294	-102.048
6.03.03	Pagamento de dividendos	-38.394	-39.514	-42.360
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.014	50.747	-60.311
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.865	16.118	76.429
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.851	66.865	16.118

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	24.139	-1.629	0	74.602
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	24.139	-1.629	0	74.602
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	4.057	-51.688	0	-47.631
5.04.08	Pagamento Dividendos Exercício 2009	0	0	-14.264	0	0	-14.264
5.04.09	Pagamento Dividendos Exercício 2010	0	0	0	-33.498	0	-33.498
5.04.10	Transferência Dividendos Adicionais Propostos	0	0	19.363	-19.363	0	0
5.04.11	Dividendos Prescritos de Exercícios Anteriores	0	0	0	131	0	131
5.04.12	Transferência do excedente de reserva legal	0	0	-1.042	1.042	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.317	0	53.317
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	53.317	0	53.317
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	28.196	0	0	80.288

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	33.972	0	0	86.064
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-7.964	0	-7.964
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	33.972	-7.964	0	78.100
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-11.317	-28.196	0	-39.513
5.04.08	Pagamento de Dividendos 2008	0	0	-23.383	0	0	-23.383
5.04.09	Transferências para Reservas	0	0	-2.198	2.198	0	0
5.04.10	Distribuição Dividendos conforme AGO 24/04/2009	0	0	0	-2.198	0	-2.198
5.04.11	Pagamento de Dividendos 2009	0	0	0	-28.196	0	-28.196
5.04.12	Transferências Dividendos Adicionais Propostos	0	0	14.264	0	0	14.264
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.015	0	36.015
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.015	0	36.015
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.484	-1.484	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.484	-1.484	0	0
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	24.139	-1.629	0	74.602

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	10.589	0	0	62.681
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-7.964	0	-7.964
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	10.589	-7.964	0	54.717
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	23.383	0	0	23.383
5.04.08	Reclassificação de Dividendos	0	0	23.383	0	0	23.383
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	33.972	-7.964	0	78.100

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	613.900	541.205	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	569.226	513.164	0
7.01.02	Outras Receitas	-540	1.709	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	29.540	31.502	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	15.674	-5.170	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-304.551	-288.958	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-224.642	-212.355	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-50.327	-44.566	0
7.02.04	Outros	-29.582	-32.037	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	309.349	252.247	0
7.04	Retenções	-16.253	-15.447	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.253	-15.447	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	293.096	236.800	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.356	18.979	0
7.06.02	Receitas Financeiras	23.356	18.979	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	316.452	255.779	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	316.452	255.779	0
7.08.01	Pessoal	20.427	14.874	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.432	10.131	0
7.08.01.02	Benefícios	5.805	3.895	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.190	848	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	178.300	152.751	0
7.08.02.01	Federais	64.155	50.796	0
7.08.02.02	Estaduais	113.985	101.865	0
7.08.02.03	Municipais	160	90	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.491	24.749	0
7.08.03.01	Juros	29.729	24.102	0
7.08.03.02	Aluguéis	762	647	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	51.819	28.196	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.04.02	Dividendos	51.819	28.196	0
7.08.05	Outros	35.415	35.209	0
7.08.05.01	Dividendos prescritos de exercícios anteriores	-131	0	0
7.08.05.02	Ajuste pela adoção dos padrões internacionais	1.629	6.335	0
7.08.05.03	Reserva Legal	0	1.484	0
7.08.05.04	Obrigações intra-setoriais	33.917	27.390	0

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Minas Gerais" ou "Companhia") apresenta a seguir os fatos e eventos marcantes de 2010, acompanhados das Demonstrações Contábeis correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 18 de março de 2011.

Para divulgação das informações, a Energisa Minas Gerais seguiu o novo padrão contábil IFRS, considerando os efeitos retrospectivos das modificações. Em consequência, está reapresentando as demonstrações contábeis de 2009. Na nota explicativa nº 3.1 apresenta-se a conciliação entre o resultado de 2009, anteriormente divulgado, e o constante destas demonstrações contábeis.

1 - Perfil do Negócio

A Companhia distribui energia elétrica a aproximadamente 382,5 mil consumidores em 65 municípios da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais e um no Estado do Rio de Janeiro.

2 - Desempenho econômico-financeiro

Resume-se abaixo o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	2010	2009	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	592,3	508,2	+ 16,6
Receita Operacional Líquida	395,9	365,0	+ 8,5
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	87,1	59,5	+ 46,4
EBITDA	103,4	73,8	+ 40,1
EBITDA Ajustado	109,6	79,4	+ 38,0
Resultado Financeiro	(6,4)	(5,1)	+ 25,5
Lucro Líquido	53,3	36,0	+ 48,1
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	410,8	403,6	+ 1,78
Caixa / Aplicações Financeiras / Equivalentes	58,2	82,2	- 29,2
Patrimônio Líquido	80,3	74,6	+ 7,6
Endividamento líquido	164,8	164,3	+ 0,3
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores	382.489	371.247	+ 3,0
Vendas de Energia aos Consumidores Cativos (GWh)	1.109,5	1.053,8	+ 5,3
Energia associada aos Consumidores Livres (GWh)	282,3	240,6	+ 17,3
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	8,53	9,30	- 0,77 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	27,7	21,8	+ 5,9 p.p
EBITDA Ajustado / Resultado Financeiro (vezes)	17,1	15,6	+ 9,6
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado (vezes)	1,5	2,1	- 28,6

2 - Ambiente Regulatório

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) homologou, para aplicação a partir de 18 de junho de 2010, o reajuste tarifário anual da Energisa Minas Gerais, refletindo aumento médio de 8,49% para os consumidores.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

3 - Investimentos

Os investimentos da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 33,9 milhões em 2010 (R\$ 42,2 milhões em 2009), direcionados para os projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados e ao atendimento ao Programa Nacional de Universalização e Uso da Energia Elétrica, que absorveu R\$ 7,0 milhões. Desde o início desse programa, em 2004, até dezembro de 2010 foram efetuadas 25.848 ligações, o que representou o cumprimento da meta prevista nos contratos firmados com os Governos Federal e Estadual. Os investimentos neste programa totalizam R\$ 100,6 milhões no período. Em face do surgimento de novos domicílios a serem ligados, a Energisa Minas Gerais e o Governo do Estado decidiram prorrogar o contrato até junho de 2011 para beneficiar mais 1.250 famílias.

Dentre outras realizações, destacam-se:

- a implantação de sistemas de automação das redes de distribuição e subestações;
- a utilização de novas tecnologias direcionadas ao sistema de distribuição e transmissão, com destaque para o equipamento denominado "Mega Jumper", que permite isolar a área de uma manutenção ou obra na rede elétrica de média tensão;
- a utilização de redes protegidas e isoladas, visando a redução dos indicadores de Qualidade dos serviços (DEC e FEC);
- o início da construção de uma nova subestação em Mirai, de 69/22 kV e da LT - Linha de Transmissão a ela associada, a ser energizada no primeiro trimestre de 2011.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos ativos operacionais da Energisa Minas Gerais:

Descrição do ativo	Dez / 2010	Dez / 2009	Variação 2010/2009
Subestações - nº	45	45	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	867	842	+ 25
Linhas de transmissão - km	1.007	1.007	-
Redes de distribuição - km	24.848	24.315	+ 533
Capacidade instalada nas redes de distribuição - MVA	1.100	1.079	+ 21
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	54.348	53.390	+ 958

4 - Desempenho operacional

A Energisa Minas Gerais superou as metas propostas na redução de perdas de energia em 2010. Os departamentos especializados em combater a questão foram assertivos no planejamento anual, aplicando recursos e ferramentas inteligentes e eficazes, que permitiram a identificação tempestiva de fraudes e outros desvios de energia. As ações empreendidas levaram a uma redução anual de 0,77 ponto percentual nas perdas de energia da empresa, que se situaram em 8,53%.

A inadimplência dos consumidores também apresentou uma significativa redução, atingindo a marca histórica de 1,1%, resultado da sinergia e alinhamento entre a gestão da carteira de recebíveis com o trabalho eficiente das equipes de campo.

Outro destaque foi a expressiva melhoria dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente por Consumidor), obtida pela conjugação dos investimentos e ações de manutenção, com uma eficiente gestão da operação do sistema. O índice DEC melhorou em 34% e o FEC em 4%.

Evidência também das melhorias de eficiência operacional são as avaliações da empresa pelos consumidores. Em 2010, o IASC - Índice Aneel de Satisfação do Consumidor apresentou aumento de 3,1 pontos percentuais, situando-se em 71,3 e segundo pesquisa da Abradee, o ISQP - Índice de Satisfação da Qualidade Percebida manteve-se no patamar de 82,2.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Indicadores operacionais	2010	2009	Variação %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	8,53	9,30	- 0,77 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,10	1,25	- 12,0
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,57	0,66	- 13,6
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	82,2	82,5	- 0,3 p.p
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	71,3	68,2	+ 3,1 p.p
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	12,54	19,01	- 34,0
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	13,07	13,62	- 4,0

4.1 - Mercado de Energia

Os consumidores cativos atendidos pela Energisa Minas Gerais demandaram 1.109,5 GWh em 2010, 5,3% a mais que em 2009, sendo o maior crescimento desde o ano de 2000. Esse desempenho foi puxado pela expansão das três maiores classes de consumo: residencial, industrial e comercial, que registraram aumento de 5,7%, 6,0% e 5,6% no consumo, respectivamente. Destaque também para a demanda dos consumidores livres, que acumulou crescimento de 17,3% no ano.

Mercado de Energia Elétrica por Segmento - Em GWh

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T10	4T09	Var. %	2010	2009	Var. %
a) Vendas de Energia no Mercado Próprio	286,9	276,7	+ 3,7	1.109,5	1.053,8	+ 5,3
• Residencial	96,9	92,3	+ 5,0	380,2	359,6	+ 5,7
• Industrial	75,0	71,1	+ 5,5	271,9	256,6	+ 6,0
• Comercial	49,4	48,0	+ 2,9	189,8	179,7	+ 5,6
• Rural	32,3	32,3	-	134,5	129,5	+ 3,9
• Outras classes	33,3	33,0	+ 0,9	133,1	128,4	+ 3,7
b) Suprimento de Energia Elétrica	10,0	0,1	+ 9.900	38,6	55,0	- 29,8
c) Fornecimento não Faturado Líquido	4,7	7,4	- 36,5	(5,0)	2,7	-
d) Vendas Totais de Energia Elétrica (a+b+c)	301,6	284,2	+ 6,1	1.143,1	1.111,5	+ 2,8
e) Energia associada dos Consumidores Livres	73,8	65,4	+ 12,8	282,3	240,6	+ 17,3
f) Energia Elétrica Total Distribuída (d+e)	375,4	349,6	+ 7,4	1.425,4	1.352,1	+ 5,4

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

5 - Desempenho Financeiro

5.1 - Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 592,3 milhões em 2010, representando aumento de 16,6% (R\$ 84,1 milhões) em relação a 2009. Importante ressaltar que, em face do novo padrão contábil IFRS, a Companhia passou a reconhecer receita decorrente da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos seus serviços públicos de energia elétrica, cujos montantes em 2010 e 2009 foram R\$ 23,1 milhões e R\$ 24,0 milhões, respectivamente.

5.2 - Despesas operacionais

Em 2010, as despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$ 308,3 milhões, crescimento de 0,7% (ou R\$ 2,3 milhões) em relação a 2009 (R\$ 306,0 milhões). As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) aumentaram em R\$ 2,0 milhões. Vale ressaltar que, em face do novo padrão contábil IFRS, a Companhia passou a reconhecer receita e custo decorrentes da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços públicos de energia elétrica, atribuindo para essa atividade margem zero.

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2010	2009	Var. em R\$ milhões
<i>1 - Despesas controláveis</i>	72,1	61,1	+ 11,0
1.1 - Pessoal	23,6	18,4	+ 5,2
1.2 - Material	5,0	4,2	+ 0,8
1.3 - Serviços de terceiros	43,5	38,5	+ 5,0
<i>2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)</i>	204,7	193,5	+ 11,2
<i>3 - Depreciação e amortização</i>	16,3	14,3	+ 2,0
<i>4 - Provisões contingências e devedores duvidosos</i>	(14,7)	7,1	- 21,8
5 - Despesas com Fundo de Pensão	0,2	0,2	-
6 - Outras despesas	6,6	5,8	+ 0,8
Subtotal (1+2+3+4+5+6)	285,2	282,0	+ 3,2
7 - Custo de construção	23,1	24,0	- 0,9
Total	308,3	306,0	+ 2,3

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

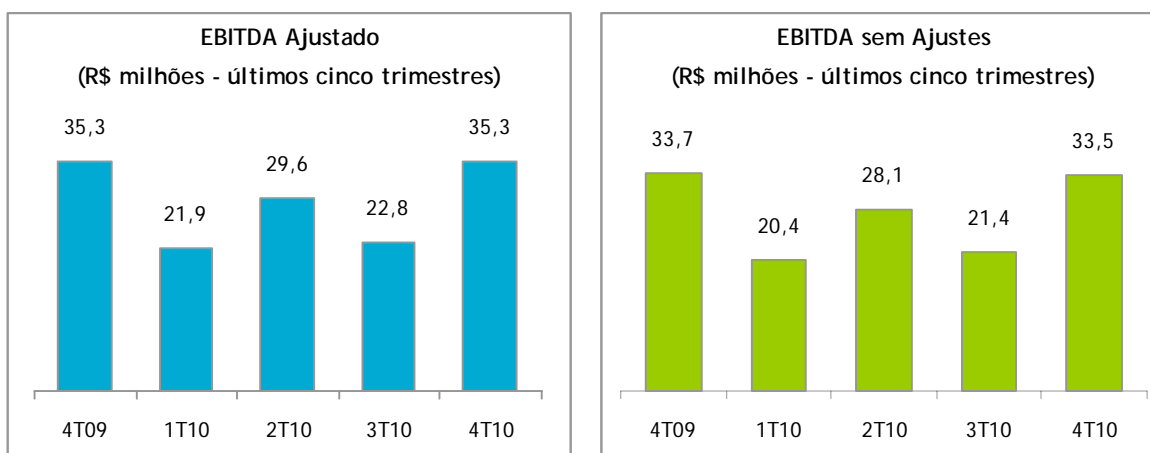
5.3 - Resultados antes das receitas e despesas financeiras (EBIT) e geração de caixa (EBITDA)

O resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT) totalizou R\$ 87,1 milhões em 2010, o que representa um aumento de 46,4% em relação ao registrado em 2009. O EBITDA somou R\$ 103,4 milhões, com acréscimo de 40,1% também na mesma base de comparação e o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 109,6 milhões, contra R\$ 79,4 milhões em 2009, ou seja, maior em R\$ 30,2 milhões.

EBIT e EBITDA - Em R\$ milhões

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T10	4T09	Var. em R\$ milhões	2010	2009	Var. em R\$ milhões
(=) EBIT	29,6	30,8	- 1,2	87,1	59,5	+ 27,6
(+) Depreciação e amortização	3,9	2,9	+ 1,0	16,3	14,3	+ 2,0
(=) EBITDA	33,5	33,7	- 0,2	103,4	73,8	+ 29,6
(+) Receitas de acréscimos moratórios	1,7	1,5	+ 0,2	6,0	5,4	+ 0,6
(+) Despesas com Fundo de Pensão	0,1	0,1	-	0,2	0,2	-
(=) EBITDA ajustado no período	35,3	35,3	-	109,6	79,4	+ 30,2
Margem do EBITDA ajustado (%)	30,4	29,1	+ 1,3 p.p	27,7	21,8	+ 5,9 p.p

A evolução do EBITDA e EBITDA Ajustado da Energisa Minas Gerais nos últimos cinco trimestres pode ser assim demonstrada:



5.4 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) representou em 2010 uma despesa financeira líquida de R\$ 6,4 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 5,1 milhões em 2009. A Companhia encerrou o exercício de 2010 com um endividamento líquido de R\$ 164,8 milhões (R\$ 164,3 milhões em dezembro de 2009), tendo R\$ 58,2 milhões em disponibilidades e aplicações financeiras.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo, líquidas das disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia:

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Valor em R\$ milhões		
Curto Prazo (CP)	44,3	144,6
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	40,6	141,2
. Encargos de dívidas	2,2	1,4
. Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,5	2,0
Longo Prazo (LP)	178,7	101,9
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	173,9	98,9
. Parcelamento de impostos e déficit atuarial	4,8	3,0
Total das dívidas (CP+LP)	223,0	246,5
(-) Disponibilidades financeiras	58,2	82,2
Total das dívidas líquidas	164,8	164,3

5.5 - Lucro Líquido e Dividendos

Em 2010, a Energisa Minas Gerais apresentou lucro líquido de R\$ 53,3 milhões, valor 48,1% superior aos R\$ 36,0 milhões apurados em 2009. O lucro líquido no 4T10 foi de R\$ 19,8 milhões, contra R\$ 21,3 milhões em igual período de 2009.

Composição do lucro líquido:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T10	4T09	Variação %	2010	2009	Variação %
(+) Resultados antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	29,6	30,8	- 3,9	87,1	59,5	+ 46,4
(+/-) Resultado financeiro	0,5	3,0	- 83,3	(6,4)	(5,1)	+ 25,5
(-) Contribuição social, imposto de renda e outros	(10,3)	(12,5)	- 17,6	(27,4)	(18,4)	+ 48,9
(=) Lucro líquido	19,8	21,3	- 7,0	53,3	36,0	+ 48,1

Com base nos resultados ao longo do exercício, a Companhia distribuiu dividendos à conta do exercício no montante de R\$ 52,9 milhões, pagos a partir de:

- 1) 24 de maio de 2010, correspondentes a R\$ 8,6 milhões (R\$ 0,019060078022 por mil ações);
- 2) 27 de agosto de 2010, no montante de R\$ 15,5 milhões (R\$ 0,03447776294 por mil ações);
- 3) 30 de novembro de 2010, no valor de R\$ 9,4 milhões (R\$ 0,02078418404 por mil ações);
- 4) 15 de março de 2011, no montante de R\$ 19,4 milhões (R\$ 0,0429564 por mil ações).

6 - Responsabilidade sócio-ambiental

A Energisa Minas Gerais sabe da importância do seu papel social e está cada vez mais presente nas comunidades onde atua, através da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho - entidade exclusivamente focada na produção e na valorização da cultura brasileira -, e de parcerias diretas nas áreas da educação, esporte, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico da região.

Dentre as inúmeras ações desenvolvidas pela Fundação e articuladas com vários agentes culturais, destacam-se os projetos onde se entrelaçaram a dimensão da cultura e do desenvolvimento econômico, como na realização do 3º Festival Ataulfo Alves de Samba e Culinária de Botequim na cidade de Mirai, em Minas Gerais. O evento reuniu mais de 8.000 pessoas, e ao mesmo tempo, promoveu um concurso para novos sambistas e, em parceria com a Associação Comercial de Mirai e Prefeitura Municipal de Mirai, organizou a área gastronômica do evento, reunindo bares e restaurantes da cidade - dinamizando novamente a cena econômica da pequena Mirai nos dias em que ocorreu o Festival.

Na mesma linha, realizou-se a 8ª edição do Festival de Cultura e Gastronomia de Piacatuba, também na Zona da Mata mineira, que novamente reuniu grandes nomes da Viola Caipira e celebrou a simplicidade e o encanto do modo de vida rural. O evento, já consolidado, refletiu-se em toda a vida do distrito e é diretamente responsável pela revitalização econômica de Piacatuba - que hoje conta com bares,

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

restaurantes e pousadas abertos a partir da realização do Festival.

No ano de 2010, foi também realizado em parceria com o Instituto Cidade Cataguases, o 2º Festival Ver e Fazer Filmes - Edição CINEPORT. O evento voltado para a produção e difusão de filmes, reuniu jovens oriundos do Brasil, Portugal, Moçambique, Angola e Cabo Verde. Este evento está inserido no contexto de desenvolvimento e estruturação do Pólo de Cinema de Cataguases, uma iniciativa que vai gerar emprego e renda na região e que aposta na formação de mão de obra para atuar no cinema. O projeto de instalação do pólo está sendo articulado com diversas entidades do terceiro setor de Cataguases, com o SEBRAE e tem como um de seus principais patrocinadores a Energisa Minas Gerais.

Dentro deste mesmo escopo, a Energisa patrocinou a realização do filme Meu Pé de Laranja Lima de Marcos Bernstein, adaptado do clássico da literatura infantil. O patrocínio deste filme está também inserido na estratégia de atrair para a região da mata mineira e de atuação da empresa produções de longa metragem que possam dinamizar a estrutura do pólo cinematográfico, criando assim a demanda necessária para que o pólo se instale e se desenvolva definitivamente na região.

Dentre os demais projetos de continuidade da Fundação, merecem também destaque as atividades da Casa de Leitura Lya Maria Müller Botelho, na cidade de Leopoldina, MG. Trata-se de espaço dedicado à literatura infanto-juvenil, que conta com um Centro de Referência do Professor e promove cursos e palestras objetivando a melhoria do ensino na escola pública, colaborando assim com a continuada formação dos mestres. Outra ação muito relevante são as atividades do Projeto Café com Pão Arte Confusão, um projeto destinado à realização de oficinas de arte (dança, teatro, artes plásticas, capoeira, percussão) para a população de baixa renda.

A Energisa também estabeleceu parceria com a Junior Achievement, fundação educativa sem fins lucrativos, pela qual promove a participação de seus funcionários em programas de voluntariado que visam a formação de jovens empreendedores. Além disso, patrocinou as iniciativas das prefeituras na criação de eventos de estímulo à literatura, música e educação ambiental nas escolas de sua área de concessão.

A Energisa Minas Gerais também se relaciona com as comunidades por meio do esporte, com apoio a circuitos de mountain bike, torneios de futebol, handebol, capoeira, corridas de rua, campeonatos de artes marciais, entre outros. Internamente, foi implantado o programa "Atletas Energisa", com suporte aos funcionários nos treinamentos e participação em corridas de rua nacionais. O estímulo à prática esportiva entre os empregados é uma maneira de promover o bem-estar e a qualidade de vida, além de incentivar a formação de campeões.

Em parceria com Associações Comerciais, Industriais e Ambientais também patrocinou a realização de seminários nas áreas da bacia hidrográfica do Pomba - Serpasul, nas regiões cafeeiras de Manhuaçu e Manhumirim, e apoiou a realização de Feiras de Desenvolvimento industrial, moveleira e alimentícia em inúmeras localidades.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

A seguir, indicadores financeiros relativos ao desempenho socioambiental da Energisa Minas Gerais:

ENERGISA MINAS GERAIS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
CNPJ Nº 19.527.639/0001-58						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2010						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2010 Valor			2009 Valor		
Receita líquida (RL)	395.875			364.996		
Resultado operacional (RO)	81.231			53.832		
Folha de pagamento bruta (FPB)	20.109			17.282		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.145	15,64%	0,79%	2.667	15,43%	0,73%
Encargos sociais compulsórios	4.589	22,82%	1,16%	3.649	21,11%	1,00%
Previdência privada	244	1,21%	0,06%	190	1,10%	0,05%
Saúde	955	4,75%	0,24%	827	4,79%	0,23%
Segurança e saúde no trabalho	474	2,36%	0,12%	243	1,41%	0,07%
Educação	38	0,19%	0,01%	41	0,24%	0,01%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	270	1,34%	0,07%	185	1,07%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	66	0,33%	0,02%	50	0,29%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	1.778	8,84%	0,45%	1.392	8,05%	0,38%
Outros	509	2,53%	0,13%	349	2,02%	0,10%
Total - Indicadores sociais internos	12.068	60,01%	3,05%	9.593	55,51%	2,63%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	132	0,16%	0,03%	153	0,28%	0,04%
Cultura	1.439	1,77%	0,36%	1.369	2,54%	0,38%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	42	0,08%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	404	0,50%	0,10%	447	0,83%	0,12%
Total das contribuições para a sociedade	1.975	2,43%	0,50%	2.011	3,74%	0,55%
Tributos (excluídos encargos sociais)	173.711	213,85%	43,88%	149.102	276,98%	40,85%
Total - Indicadores sociais externos	175.686	216,28%	44,38%	151.113	280,71%	41,40%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa	5.468	6,73%	1,38%	1.607	2,99%	0,44%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	5.468	6,73%	1,38%	1.607	2,99%	0,44%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2010			2009		
Nº de empregados(as) ao final do período	539			502		
Nº de admissões durante o período	02			35		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	18			21		
Nº de estagiários(as)	24			14		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	125			101		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	75			58		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	38,90%			30,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	71			60		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	5			6		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010			Metas 2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	25,08			25,08		
Número total de acidentes de trabalho	18			15		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 2.732	no Procon 112	na Justiça 205	na empresa 3.005	no Procon 123	na Justiça 205
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 70%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 70%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: 316.452			Em 2009: 255.779		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	67% governo 6% colaboradores(as) 17% acionistas 10% terceiros 0% retido			70% governo 6% colaboradores(as) 11% acionistas 10% terceiros 3% retido		
7 - Outras Informações	2010			2009		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	4,040			11,400		
7.1.2 - Investimento do Estado	1,798			5,073		
7.1.3 - Investimento do Município						
7.1.4 - Investimento da Concessionária	1,031			2,907		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	6.869			19.380		
7.2 - Programa de eficiência Energética	1,619			1,571		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	329			968		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	8.817			21.919		

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**7 - Conciliação das demonstrações contábeis regulatórias e societárias**

As demonstrações contábeis apresentadas pela Energisa Minas Gerais estão em conformidade com o padrão contábil IFRS e Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, que determina a aplicação desta nova prática contábil a partir do exercício findo em 2010.

Neste processo de adoção das normas internacionais de contabilidade se destacaram: i) a aplicação do pronunciamento contábil que versa sobre a contabilização da concessão de serviços públicos (ICPC01); ii) o não reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios (CPC01). Entretanto, as novas disposições contábeis não foram acolhidas pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) por entender que a nova metodologia não é condizente com as disposições regulatórias que disciplinam a concessão dos serviços públicos de energia elétrica. Consequentemente, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 396/2010, instituindo a contabilidade regulatória a qual passa a vigorar a partir de 2012. Desse modo, além da contabilidade societária estabelecida pela Lei 6.404/76 e 11.638/07, a Companhia também deverá realizar registros e demonstrações contábeis para atender ao órgão regulador, os quais serão auditados e publicados para fins de consulta pública no sítio eletrônico da Aneel. E em atendimento ao Despacho nº 4.097/10, emitido pela Aneel, apresenta-se abaixo o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do exercício, elaborados em conformidade com o Manual de Contabilidade de Setor Elétrico (MCSE), e a conciliação entre as referidas demonstrações contábeis regulatórias e societárias.

- **Balanços Patrimoniais - Ativo**

Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A
Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2010	31/12/2009 (Reclassificado)
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	29.850	66.865
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	23.417	14.827
Consumidores e concessionárias	96.963	60.844
Títulos de créditos a receber	3.057	4.317
Ativo regulatório	14.828	8.781
Estoques	1.193	978
Devedores diversos	9.229	9.700
Impostos a recuperar	13.689	11.003
Despesas pagas antecipadamente	431	221
Total do circulante	192.657	177.536
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	4.912	468
Consumidores e concessionárias	8.207	8.207
Títulos de créditos a receber	3.787	4.697
Impostos a recuperar	8.331	9.214
Créditos tributários	48.109	60.799
Cauções e depósitos vinculados	1.016	1.325
Outros	4.426	5.600
	78.788	90.310
Investimentos	2.057	1.434
Imobilizado	143.497	138.601
Intangíveis	5.511	4.493
Total do não circulante	229.853	234.838
Total do Ativo	422.510	412.374

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- Balancos Patrimoniais - Passivo

Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A
Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

Passivo	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (Reclassificado)
Circulante		
Fornecedores	33.842	30.448
Encargos de dívidas	2.201	1.373
Empréstimos e financiamentos	40.326	81.386
Debêntures	313	59.867
Tributos e contribuições sociais	29.777	23.655
Parcelamento de impostos	1.195	1.994
Dividendos	9.368	130
Passivos regulatórios	5.297	7.804
Encargos do consumidor a recolher	3.504	1.906
Obrigações estimadas	1.745	1.621
Outras contas a pagar	16.661	12.752
Total do circulante	<u>144.229</u>	<u>222.936</u>
Não circulante		
Fornecedores	578	640
Empréstimos e financiamentos	114.181	98.882
Debêntures	59.660	-
Tributos e contribuições sociais	1.720	1.229
Parcelamento de impostos	3.983	2.991
Provisões para contingências	10.627	8.722
Outras contas a pagar	1.616	743
Total do não circulante	<u>192.365</u>	<u>113.207</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	44.171	44.171
Reservas de capital	7.921	7.921
Reservas de lucros	9.875	9.875
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	18.321	14.264
Lucros acumulados	5.628	-
	<u>85.916</u>	<u>76.231</u>
Total do passivo	<u>422.510</u>	<u>412.374</u>

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho• **Demonstrações de Resultados**

Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A
Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (Reapresentado)
Receita operacional		
Fornecimento de energia elétrica	527.190	463.090
Suprimento de energia elétrica	2.811	3.094
Disponibilização do sist. de transm. e de distribuição	41.581	37.184
Outras Receitas Operacionais	5.057	4.836
	<u>576.639</u>	<u>508.204</u>
Deduções da receita operacional		
ICMS	110.999	96.381
PIS	9.486	8.354
COFINS	43.695	38.481
ISS	90	90
Programa de Eficiência Energética - PEE	1.875	1.680
Conta Desenv. Energético - CDE	12.388	11.209
Conta Consumo Combustível - CCC	14.498	10.677
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - P&D	3.000	1.717
RGR - Quota para reserva global de reversão	2.966	1.851
	<u>198.997</u>	<u>170.440</u>
Receita operacional líquida	<u>377.642</u>	<u>337.764</u>
Custo do serviço de energia elétrica		
Custo com energia elétrica	203.394	199.807
Energia elétrica comprada para revenda	157.072	156.092
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	46.322	43.715
Custo de operação	45.322	44.631
Pessoal e administradores	12.343	11.331
Material	1.667	1.443
Serviços de terceiros	13.531	13.057
Depreciação e amortização	15.737	14.925
Provisões para contingências	1.016	2.154
Outras	1.028	1.721
Custo do serviço prestado a terceiros	100	182
	<u>248.816</u>	<u>244.620</u>
Lucro operacional bruto	<u>128.826</u>	<u>93.144</u>
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(3.881)	14.735
Despesas gerais e administrativas	39.162	30.172
	<u>35.281</u>	<u>44.907</u>
Resultado do serviço	<u>93.545</u>	<u>48.237</u>
Receitas (despesas) financeiras		
Receita de aplicações financeiras	6.678	2.027
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	6.005	5.378
Ajuste Valor Presente Passivo	-	453
Outras receitas financeiras	10.970	9.256
Encargos de dívidas - juros	(24.327)	(18.457)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	47	107
Transferência para ordens em curso	648	401
Ajuste Valor Presente Ativo	(128)	(418)
Marcação a Mercado Derivativos	-	2.225
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(153)
Outras despesas financeiras	(6.413)	(5.979)
	<u>(6.520)</u>	<u>(5.160)</u>
Resultado operacional	<u>87.025</u>	<u>43.077</u>
Outros resultados		
Outras receitas	1.439	2.607
Outras despesas	1.717	898
	<u>(278)</u>	<u>1.709</u>
Lucro antes de impostos	<u>86.747</u>	<u>44.786</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(35.106)	(19.825)
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.673	4.719
	<u>57.314</u>	<u>29.680</u>
Lucro líquido do exercício	<u>57.314</u>	<u>29.680</u>

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- Conciliação: Contabilidade Regulatória x Contabilidade Societária

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro líquido do exercício - contabilidade regulatória	57.314	29.680
Ativos e passivos regulatórios	(6.056)	9.598
Efeitos tributários	2.059	(3.263)
Lucro líquido do exercício - contabilidade societária	53.317	36.015
Patrimônio Líquido - contabilidade regulatória	85.916	76.231
Ativos e passivos regulatórios	(8.525)	(2.469)
Efeitos tributários	2.897	840
Patrimônio líquido - contabilidade societária	80.288	74.602

8 - Serviços prestados pelo Auditor Independente

A Energisa Minas Gerais não contratou a KPMG Auditores Independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

O relatório da administração contém informações relacionadas a investimentos projetados e dados não-financeiros, os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e não foram examinados pelos auditores independentes.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, ("Companhia ou Energisa MG") - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 382.489 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais e suas ações estão registradas para negociação na Bolsa de Valores de São Paulo.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, planos de aposentadoria e pensões, ativos fiscais e créditos tributários diferidos, marcação a mercados dos instrumentos financeiros e provisão para desvalorização de estoques, quando aplicável. Anualmente essas premissas são revisadas pela Administração.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2011.

Demonstrações contábeis de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis nos 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, editados até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Notas Explicativas

Estas são as primeiras demonstrações financeiras da Companhia de acordo com o IFRS, tendo como base o IFRS 1 - First time adoption, e serve como referência para a primeira adoção das normas internacionais de contabilidade. Para que uma entidade afirme que suas demonstrações consolidadas estão conforme as normas internacionais de contabilidade é obrigatório que todos os pronunciamentos emitidos sejam adotados.

A Companhia optou por aplicar a seguinte isenção com relação à aplicação retrospectiva:

- Isenção de combinação de negócios: a Companhia não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição; e
- Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01: considerando que os ajustes que seriam reconhecidos referentes aos ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, seriam imateriais, a Companhia optou pelo método do valor contábil residual para mensurar: (i) o ativo intangível, correspondente a parcela estimada dos investimentos realizados que serão amortizados até o final da concessão e (ii) o ativo financeiro, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM no 609/2009 (CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as demonstrações contábeis, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais.

A comparação das demonstrações contábeis na data da adoção dos CPCs/IFRS com os valores divulgados originalmente, estão evidenciados nas Notas Explicativas nº 3.

Conforme facultado pela Deliberação CVM 603/2009 e 656/2010, a Companhia ainda não reapresentou suas informações trimestrais do exercício de 2010, comparativas com o mesmo período de 2009, de acordo com as normas vigentes para o exercício de 2010. Na nota explicativa nº3.2, são apresentados os efeitos nos resultados e no patrimônio líquido da plena adoção das normas por trimestre.

Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Transição das práticas contábeis - balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009:

a) Contrato de concessão

As concessões de serviços públicos devem adotar a Interpretação Técnica ICPC 01 quando: (a) o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (b) o Poder Concedente controle por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

No entendimento da Administração o serviço público de distribuição de energia elétrica se enquadra nos fundamentos acima e, portanto, a Companhia adotou a forma de contabilização prescrita no ICPC 01 em seu balanço de abertura - 1º de janeiro de 2009.

A infra-estrutura construída não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não lhe transfere o controle desses bens. O concessionário tem acesso para operar a infra-estrutura para a prestação dos serviços públicos, e ao final do contrato os bens são revertidos ao poder concedente.

A infra-estrutura construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte por meio da venda de energia efetuada aos consumidores durante o prazo da concessão. Por se tratar dos recursos empregados na concessão, e recuperados pelas atividades operacionais dessa concessão, é registrado como um ativo intangível; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, se constituindo, dessa forma, em um ativo financeiro, classificado como empréstimo e recebível.

Na aplicação dessa norma, os seguintes entendimentos e estimativas foram considerados:

Notas Explicativas

. embora a ANEEL exerça o controle regulatório sobre a infra-estrutura da concessão, com normas específicas de valorização, controle e utilização da “base regulatória” para fins de determinação das tarifas, o arcabouço regulatório ainda carece de normas específicas quanto a valorização do ativo financeiro a ser indenizado ao final das concessões. Diante dessas incertezas, a Administração concluiu, conservadoramente, que neste momento, a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão, é o valor dos ativos em serviço registrados na contabilidade societária, ao custo histórico.

. o valor correspondente a infra-estrutura a ser recuperado pelas operações foi reclassificado para o ativo intangível. A parcela a ser indenizada no final da concessão foi reclassificada para o ativo não circulante;

. a remuneração do ativo financeiro a ser indenizado ao término da concessão, por ser parte intrínseca da atividade de distribuição de energia elétrica, é reconhecida como receita de operação;

. conforme requerido pelo ICPC 01, a Companhia passou a reconhecer mensalmente receita e custo decorrente da construção de infra-estrutura utilizada na concessão.

A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;

b) Dividendos

O ICPC 08 - Pagamento de dividendos estabelece que se a Companhia declarar dividendos superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações contábeis, não deve reconhecer esses dividendos como passivo ao final daquele período, já que não se constituem uma obrigação presente, devendo os mesmos serem apresentados destacados no patrimônio líquido. A Companhia no exercício de 2008 já havia pago dividendos antecipados da ordem de 30% do lucro líquido ajustado do exercício e nas demonstrações contábeis do final daquele exercício provisionou um passivo a pagar de dividendos equivalente 70% do lucro líquido ajustado remanescente. A Administração, no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009 reclassificou este montante para uma reserva específica de dividendos a pagar no Patrimônio Líquido;

c) Provisões para contingências

Os valores de depósitos e cauções vinculados, referentes as provisões de contingências anteriormente apresentados no balanço patrimonial como redutor das respectivas provisões no passivo não circulante, passaram a ser apresentados na rubrica “cauções e depósitos vinculados” no ativo não circulante, conforme disposto no CPC 25;

d) Ativos e passivos regulatórios

As praticas contábeis vigentes anteriores as convergência para normas internacionais, permitiam que os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, fossem diferidos e somente lançados ao resultado quando reconhecidos nas tarifas elétricas. Considerando não haver nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPCs, base para registro desses ativos e passivos, a Administração reconheceu os ativos e passivos regulatórios no resultado do exercício em que efetivamente ocorreram, ajustando o saldo na data de transição contra lucros acumulados;

e) Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos cujas expectativas de realização ocorre nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis, eram registrados no ativo circulante. Em observância ao CPC 26 a totalidade dos créditos diferidos passaram a ser reconhecidos no ativo não circulante.

f) Instrumentos financeiros

Todas as normas e interpretações que entraram em vigor foram adotadas pela Companhia em 2010. As principais aplicáveis foram as seguintes:

Notas Explicativas

- Alteração ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros: o objetivo desta alteração é basicamente melhorar os requerimentos de divulgação. Isto aumenta os requerimentos para a divulgação de mensuração de Valor Justo, risco de liquidez, risco de mercado, risco de crédito e qualquer outro risco significativo.
- Alteração ao IFRS 7 referente a Hierarquia de Valor Justo: A alteração estabelece a divisão de hierarquia para Valor Justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro classificando como Nível 1. Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Além dos pontos acima descritos, a Companhia adequou suas Demonstrações Contábeis, para fins de divulgação, e passou a apresentar as seguintes informações:

- Lucro por ação, conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per share*), apresentado na Nota Explicativa nº 30;
- Informações por segmento, conforme requerido pelo CPC 22 e IFRS 8 (*Operating Segments*), apresentadas na Nota Explicativa nº 23.

Transição das práticas contábeis - balanço de 31 de dezembro de 2009.

a) Empréstimos e financiamentos - covenants

A Companhia reclassificou nas demonstrações contábeis de 2009 os saldos registrados no passivo não circulante para o passivo circulante dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, no montante de R\$104.625 em face de que alguns dos índices financeiros estipulados pelo contrato do Itaú BBA (CCB com garantia do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento), firmado com a controladora, não terem sido atingidos e por ter obtido "waiver" somente em fevereiro de 2010. Conforme estabelecido no CPC 26 mesmo que a controladora tenha tido o "de acordo" anterior a publicação das demonstrações contábeis, a dívida total deve ser apresentada como passivo circulante;

b) Receita

Anteriormente a apresentação da receita na demonstração do resultado segregava a receita operacional, as deduções da receita operacional e a receita operacional líquida. O CPC 30 define que somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber, originários de suas próprias atividades, líquidos de impostos, receita operacional líquida devem ser apresentados nessa demonstração, devendo em notas explicativas ser divulgada a demonstração da receita operacional bruta e a receita operacional líquida;

c) Participações nos lucros de empregados e administradores

As participações nos lucros de empregados e administradores anteriormente eram apresentadas como item do resultado após o imposto de renda e contribuição social. De acordo com as normas internacionais de contabilidade as participações passaram a ser registradas em despesas de pessoal;

d) Lucro por ação

Conforme CPC 41, o resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

A Companhia recalculou o resultado por ação do exercício de 2009 (vide nota explicativa nº30).

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Notas Explicativas

3.1 Comparação das demonstrações contábeis ajustadas aos IFRS e e CPCs e as anteriormente divulgadas, incluindo reclassificações de saldos iniciais para melhor apresentação

Ativo	2009	2009	1/1/2009	1/1/2009
	Ajustado		Ajustado	
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	66.865	7.560	16.118	6.179
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	14.827	59.305	3.306	9.939
Recursos vinculados	-	10.363	-	3.306
Consumidores e concessionárias	60.844	79.055	57.785	71.698
Títulos de créditos a receber	4.317	6.887	3.657	6.022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(20.781)	-	(16.278)
Ativo regulatório	-	8.781	-	14.720
Estoques	978	978	947	947
Devedores diversos	9.700	9.700	6.512	6.512
Impostos a recuperar	11.003	11.003	8.726	8.726
Despesas pagas antecipadamente	221	221	1.309	1.309
Créditos tributários	-	3.808	-	5.774
Total do circulante	168.755	176.880	98.360	118.854
Não circulante				
Realizável a Longo Prazo				
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	468	4.932	3.275	3.275
Consumidores e concessionárias	8.207	8.207	8.207	8.207
Títulos de créditos a receber	4.697	4.697	6.604	6.604
Impostos a recuperar	9.214	9.214	9.168	9.168
Créditos tributários	60.799	56.991	64.679	58.905
Cauções e depósitos vinculados	1.325	72	892	568
Contas a receber da concessão	77.108	-	53.714	-
Outros	5.600	5.600	4.512	4.512
	<u>167.418</u>	<u>89.713</u>	<u>151.051</u>	<u>91.239</u>
Investimentos	1.434	1.434	660	660
Imobilizado	-	138.601	-	129.792
Intangíveis	65.986	4.493	80.177	4.099
Total do não circulante	234.838	234.241	231.888	225.790
Total do Ativo	403.593	411.121	330.248	344.644
Passivo				
	2009	2009	1/1/2009	1/1/2009
	Ajustado		Ajustado	
Circulante				
Fornecedores	30.448	30.448	27.388	27.388
Encargos de dívidas	1.373	1.373	191	191
Empréstimos e financiamentos	81.386	36.391	7.007	7.007
Debêntures	59.867	237	-	-
Tributos e contribuições sociais	24.307	23.657	16.124	20.226
Parcelamento de impostos	1.994	1.994	1.140	1.140
Dividendos	130	14.394	133	23.516
Passivos regulatórios	-	7.804	-	2.655
Encargos do consumidor a recolher	1.906	1.906	2.052	2.052
Obrigações estimadas	1.621	1.621	1.447	1.447
Outras contas a pagar	12.752	12.750	9.414	9.414
Total do circulante	215.784	132.575	64.896	95.036
Não circulante				

Notas Explicativas

Fornecedores	640	640	279	279
Empréstimos e financiamentos	98.882	143.877	170.561	170.561
Debêntures	-	59.630	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.225	2.225
Tributos e contribuições sociais	1.229	1.229	859	859
Parcelamento de impostos	2.991	2.991	6.607	6.607
Provisões para contingências	8.722	7.469	6.301	5.977
Outras contas a pagar	743	743	420	419
Total do não circulante	113.207	216.579	187.252	186.927

Patrimônio líquido

Capital social	44.171	44.171	44.171	44.171
Reservas de capital	7.921	7.921	7.921	7.921
Reservas de lucros	9.875	9.875	10.589	10.589
Dividendos adicionais propostos	14.264	-	23.383	-
Prejuízos acumulados	(1.629)	-	(7.964)	-
	74.602	61.967	78.100	62.681
Total do passivo	403.593	411.121	330.248	344.644

Demonstrações dos resultados

	<u>2009</u>	<u>2009</u>
	Ajustado	
Receita operacional líquida	364.996	337.764
Custo do serviço de energia elétrica	(261.133)	(244.185)
Lucro bruto	103.863	93.579
Despesas com vendas	(14.735)	(14.658)
Despesas gerais e administrativas	(30.172)	(29.291)
Outras receitas	1.362	2.607
Outras despesas	(810)	(898)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	59.508	51.339
Receita financeira	16.646	17.114
Despesas financeira	(21.770)	(22.274)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(5.124)	(5.160)
Lucro antes dos impostos e participações	54.384	46.179
Imposto de renda e contribuição social corrente	(23.088)	(19.825)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.719	4.719
Lucro antes das participações	36.015	31.073
Participações dos empregados	-	(683)
Participações dos administradores	-	(710)
Lucro líquido do exercício	36.015	29.680

Notas Explicativas*Conciliação do balanço patrimonial em 01/01/2009*

	EMG
	Patrimônio líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	62.681
Ajustes e reclassificações:	
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	(12.067)
Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a reversão dos ativos e passivos regulatórios	4.103
Reclassificação dividendos a pagar - ICPC 08	23.383
Saldo após a adoção das novas práticas	78.100

Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício findo em 31/12/2009

	EMG	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	61.967	29.680
Ajustes e reclassificações		
Ajustes dos ativos e passivos regulatórios efetuados em 01/01/2009:	(7.964)	-
Reversão efetuada no exercício de 2009	9.598	9.598
Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a reversão dos ativos e passivos regulatórios	(3.263)	(3.263)
Reclassificação dividendos a pagar - ICPC 08	14.264	-
Saldo após a adoção das novas práticas	74.602	36.015

3.2 Efeitos da adoção dos IFRS e CPC no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 2010 e 2009

Conforme facultado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da Deliberação CVM 603/2009 e 656/2010, a empresa apresentou suas informações trimestrais (ITR) durante o exercício de 2010, conforme as normas contábeis vigentes em 2009, devendo reapresentá-los devidamente ajustados às novas normas, até a apresentação do primeiro ITR de 2011.

Em atendimento às exigências dessas Deliberações, apresentamos os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrente da plena adoção das normas contábeis de 2010.

	31/3/2010		31/3/2009	30/6/2010		30/6/2009	30/9/2010		30/9/2009
	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Lucro líquido
Saldo anterior a adoção das novas práticas	70.559	8.592	6.185	77.508	24.131	5.461	71.336	33.498	14.666
Reversão dos ativos regulatórios líquido dos efeitos tributários	(1.179)	451	703	(9.934)	(8.755)	6.437	(8.500)	1.434	(163)
Saldo após a adoção das novas práticas	<u>69.380</u>	<u>9.043</u>	<u>6.888</u>	<u>67.574</u>	<u>15.376</u>	<u>11.898</u>	<u>62.836</u>	<u>34.932</u>	<u>14.503</u>

Sobre essas informações foram aplicados, pelos auditores independentes, os procedimentos de revisão especial de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), não tendo sido, portanto, auditadas.

Notas Explicativas

3.3 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

O IASB publicou e ou revisou alguns procedimentos e interpretações contábeis os quais não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, como segue:

- . IFRS 7 - Divulgações - Transferência de ativos financeiros (*Disclosures - Transfers of Financial Assets*);
- . Aprimoramento ao IFRS 2010 (*Improvements to IFRS 2010*);
- . IFRS 9 - Instrumentos financeiros (*Financial Instruments*);
- . IFRIC 14 - Pagamento antecipados de Requerimento mínimos para o provimento de fundos (*Prepayments of a Minimum Funding Requirement*);
- . IAS 32 - Classificação das Emissões de Direitos (*Classification of Rights Issues*).

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

3.4 Principais práticas contábeis

- a. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) disponíveis para venda - as avaliações a mercado são contabilizadas no patrimônio líquido e transferidas para o resultado quando desreconhecidas; (iii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos são: caixa e bancos; aplicações no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores, empréstimos, debêntures e derivativos, encargos de dívidas e obrigações intrasetoriais.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos;

- b. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;
- c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- d. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;

Notas Explicativas

- e. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infra-estrutura, apurada ao custo histórico, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão, classificado como empréstimo e recebível, mantido ao custo amortizável, sendo sua remuneração correspondente ao WACC regulatório determinado pela ANEEL, recebida via tarifa, registrada como receita financeira, no grupo de receitas operacionais;
- f. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- g. Intangível - contrato de concessão: representa a infra estrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- h. A partir do exercício de 2008, os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo intangível, sendo amortizado pelas taxas de depreciação praticadas pela Companhia, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor total das prestações será apropriada na demonstração de resultado como despesa financeira pelo prazo remanescente do contrato;
- i. Os juros e encargos financeiros são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de capitalização;
- j. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que as mesmas não considerariam em outras transações; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Notas Explicativas

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010;

- k. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- l. Derivativos - Os derivativos eram reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Até o exercício de 2009, a Companhia mantinha instrumentos financeiros derivativos como proteção de empréstimos e financiamentos liquidados no exercício de 2009;
- m. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social são reconhecidos sobre prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, quando se tem expectativa de realização dos mesmos. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT), introduzido pela Lei 11.941/09, cujos efeitos no resultado com adoção da Lei 11.638 não terão impacto na apuração do imposto de renda e contribuição social a recolher. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- n. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As contingências estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- o. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos e passivos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento ou pagamento prefixada ou pós-fixada, nas datas das respectivas transações;
- p. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infra estrutura

Notas Explicativas

utilizado na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;

- q. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto ao plano de pensão de benefício definido é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- r. Demais ativos e passivos circulante e não circulante - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

Notas Explicativas**5 Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados****a) Caixa e equivalente de caixa**

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado:						
Banco BMG	CDB	23/9/2013	104% CDI	-	3.057	3.694
Bic banco	CDB	2/1/2012	106% CDI	-	3.005	-
Brascan	CDB	30/7/2012	102,5% CDI	-	6.010	-
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	33.496	-
Coopemata	CDB			-	-	67
Credit Suisse	CDB			-	-	-
Guarani Credit	CDB			-	-	116
HSBC	CDB	6/12/2012	100% CDI	-	139	5.336
Itaú	Debêntures	3/8/2009	100,3% CDI	-	-	84
Mercantil	CDB	6/12/2013	105% CDI	990	3.581	642
Safra	Debêntures	23/12/2010	101,2 CDI	-	10.017	-
				<u>990</u>	<u>59.305</u>	<u>9.939</u>
Aplicações financeiras disponível para venda						
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2.620	-	-
Fundo JGP Max FIC FIM	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.046	-	-
Fundo Paineiras Hedge FI	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.045	-	-
Fundo Plural	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	17.585	-	-
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	77	-	-
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	159	-	-
				<u>22.532</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e bancos				<u>6.328</u>	<u>7.560</u>	<u>6.179</u>
Saldo de caixa e equivalente caixa				<u>29.850</u>	<u>66.865</u>	<u>16.118</u>

As datas apresentadas representam os vencimentos dos títulos que lastreiam as aplicações financeiras. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias pelas taxas contratadas.

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Vencimento (*)</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado:						
Banco BMG	CDB	16/12/2013 08/06/2011	112% CDI	254	229	-
Bes	CDB	10/10/2013	100% a 103% CDI	34	24	21
BTG Pactual	CDB	11/4/2011 09/01/2012	106,1% do CDI	5.386	-	-
Bradesco	Debêntures	13/11/2012	100% CDI	17.092	2.912	-
Bradesco	Poupança	-	poupança	503	468	-
Bradesco	CDB	13/12/2011	98,5% a 99% CDI	-	7.065	583

Notas Explicativas

CEF	Poupança	-	poupança	16	-	-
Credit Suisse	CDB	15/2/2011 a 17/02/2012	115% a 120% do CDI	-	-	1.105
HSBC	CDB	6/12/2012	100% CDI	-	-	1.560
Itaú	CDB	14/4/2011	100% CDI	123	132	-
Itaú	Debêntures	4/8/2011	100% CDI	21	-	37
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	52	-	-
				<u>23.481</u>	<u>10.830</u>	<u>3.306</u>
Aplicações financeiras disponível para venda						
Bradesco	Fundos de investimento	-	Benchmark CDI	429	-	-
				<u>429</u>	-	-
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento:						
Itaú (*)	Fundos de investimento em direitos creditórios	01/11/2012 a 29/12/2020	100% CDI	4.419	4.465	3.275
				<u>4.419</u>	<u>4.465</u>	<u>3.275</u>
Saldo aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados				<u>28.329</u>	<u>15.295</u>	<u>6.581</u>
Circulante				23.417	14.827	3.306
Não circulante				4.912	468	3.275

(*) Aplicações em cotas subordinadas do FIDC.

6 Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Vincendos (1)	Até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2010	2009	01/01/2009
Residencial	12.318	4.673	396	180	1	2	17.570	14.308	13.253
Industrial	11.168	8.378	41	213	40	196	20.036	10.970	10.112
Comércio, serviços e outras atividades	6.614	1.196	144	137	185	-	8.276	6.879	6.293
Rural	2.511	808	171	66	89	-	3.645	3.223	3.217
Poder público:									
Federal	24	2	1	1	1	-	29	24	20
Estadual	259	18	9	12	11	-	309	272	217
Municipal	946	65	32	44	39	-	1.126	994	794
Iluminação pública	432	55	1	-	-	-	488	446	427
Serviço público	1.125	11	6	-	-	-	1.142	989	1.219
Subtotal - consumidores	35.397	15.206	801	653	366	198	52.621	38.105	35.552
Concessionárias (2)	-	-	-	-	-	9.347	9.347	9.165	11.574
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	12.480	13.354	11.821
Outros	-	-	-	-	-	-	33.197	26.638	20.958
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	(2.475)	(18.211)	(13.913)
Total	<u>35.397</u>	<u>15.206</u>	<u>801</u>	<u>653</u>	<u>366</u>	<u>9.545</u>	<u>105.170</u>	<u>69.051</u>	<u>65.992</u>
Circulante	-	-	-	-	-	-	96.963	60.844	57.785
Não circulante	-	-	-	-	-	-	8.207	8.207	8.207

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização

Notas Explicativas

de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$9.347 (R\$9.165 em 2009), relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2010, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2010. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$848 (R\$141 em 2009), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$1.601 (R\$256 em 2009), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2010	2009	01/01/2009
Saldos a vencer	-	-	925
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.873	6.873	6.873
Créditos vencidos (*)	2.474	2.292	2.548
	<u>9.347</u>	<u>9.165</u>	<u>10.346</u>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(848)	(141)	-
(-) Encargos de serviços do sistema	<u>(1.601)</u>	<u>(256)</u>	<u>(490)</u>
	<u>6.898</u>	<u>8.768</u>	<u>9.856</u>

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$1.350.

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº. 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2010	2009
Saldo - 2009 e 01/01/2009	20.781	16.278
Provisões constituídas no exercício	4.836	4.503
Reversão de provisões no exercício	<u>(20.932)</u>	-
Saldo - 2009 e 2010 - circulante	<u>4.685</u>	<u>20.781</u>
Contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e CCEE	2.475	18.211
Títulos de créditos a receber	2.210	2.570

Notas Explicativas

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

8 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas inferiores a praticada para esse conjunto de contas a receber não se enquadrando nas condições atribuídas a esse tipo de financiamento, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a naturezas destes ativos (IGPM).

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os saldos estão demonstrados como se segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Títulos de créditos a receber	9.350	11.751	13.079
Ajuste a valor presente	(296)	(167)	(453)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	<u>(2.210)</u>	<u>(2.570)</u>	<u>(2.365)</u>
	<u>6.844</u>	<u>9.014</u>	<u>10.261</u>
Circulante	3.057	4.317	3.657
Não circulante	3.787	4.697	6.604

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2010, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2010</u>
2010	2.210
2011	2.681
2012	1.310
2013	1.073
2014	1.051
2015	846
2016 em diante	<u>179</u>
Subtotal	9.350
(-) Ajuste a valor presente	<u>(296)</u>
	<u>9.054</u>

9 Reajuste tarifário

Notas Explicativas

Em 15 de junho de 2010, por meio da Resolução nº 1.010 foi homologado o reajuste tarifário da Companhia a vigorar a partir de 18 de junho de 2010. O impacto tarifário percebido foi de 7,05%.

10 Recomposição tarifária extraordinária (RTE)

Em 15 de dezembro de 2009, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 387, estabelecendo nova metodologia de cálculo do repasse de energia livre devidos aos geradores, abrangendo a todo o período de faturamento da RTE (2002 a 2008).

Com a aplicação da nova metodologia, a Companhia apurou novos e definitivos valores a receber dos geradores.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 os saldos a receber montam em R\$136 e R\$1.664, respectivamente.

11 Baixa renda e outros créditos

	2010	2009	01/01/2009
Baixa renda	3.260	2.980	4.493
Outras	6.664	6.941	3.328
	<u>9.924</u>	<u>9.921</u>	<u>7.821</u>

Segue a movimentação do baixa renda:

	2010	2009
Saldo - 2009 e 01/01/2009	2.980	4.493
Subvenção Baixa Renda	17.821	17.784
Ressarcimento pela Eletrobrás	(17.541)	(19.297)
Saldo - 2010 e 2009 - circulante	<u>3.260</u>	<u>2.980</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "devedores diversos" no ativo circulante. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

12 Impostos a recuperar

	2010	2009	01/01/2009
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	9.026	9.558	9.103
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	28	29	-
Imposto de Renda - IRPJ	43	1.661	-
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	26	962	33
Contribuição do PIS e COFINS	12.454	7.941	8.697
Outros	443	66	61
	<u>22.020</u>	<u>20.217</u>	<u>17.894</u>
Circulante	13.689	11.003	8.726
Não Circulante	8.331	9.214	9.168

13 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Soluções S/A, Energisa Comercializadora Ltda., Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Geração Rio Grande S/A, Termosergipe S/A, Pequena Central Hidreletrica Zé Tunim, Energisa Geração Usina Mauricio, as empresas eólicas (Renascenças I, II, III e IV, Ventos do São Miguel Energias Renováveis e Parque Eólico Sobradinho), (empresas ligadas da Companhia).

Notas Explicativas

As principais transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2010 e 2009, relativas as operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, os quais foram efetuados em condições usuais de mercado e estão suportados por contratos aprovados pela ANEEL e com empresas ligadas.

Transações efetuadas durante o exercício:

	Energisa NF (a)	Energisa Serv. Aéreos (a)	Energisa Soluções (a)	Energisa S/A (b)	2010	2009
Prestação de serviços	-	(35)	(18.812)	(8.566)	(27.413)	(27.363)
Custo e uso de conexão	(1.535)	-	-	-	(1.535)	(1.012)

- (a) As transações com as empresas ligadas, referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.
- (b) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os mesmos foram efetuados em condições usuais de mercado.

Remuneração dos administradores

No exercício, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$571 (R\$612 em 2009) e da Diretoria foi de R\$1.007 (R\$907 em 2009). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$369 (R\$330 em 2009). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$245 (R\$211 em 2009).

No exercício de 2010, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$13 e R\$2 (R\$13 e R\$2 em 2009), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2010 foi de R\$8 (R\$7 em 2009).

14 Impostos diferidos e despesas de imposto de renda e contribuição social

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32.

Em atendimento às disposições contidas nas referidas Instruções, a seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

Período	Realizações de créditos fiscais
2011	6.492
2012	6.712
2013	7.960
2014	9.401
2015	20.443
Total - circulante	51.008

Notas Explicativas

Os valores da despesa de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2010	2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	80.691	54.384
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota fiscal combinada	(27.435)	(18.491)
Ajustes:		
Outros	61	122
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(27.374)	(18.369)
Alíquota efetiva	33,9%	33,8%

	2010	2009	01/01/2009
Ativo			
Prejuízo fiscal	29.556	34.873	40.448
Base negativa de contribuição social	11.505	13.403	15.553
Diferenças temporárias:			
Imposto de renda	7.314	9.208	6.381
Contribuição social	2.633	3.315	2.297
Total - não circulante	51.008	60.799	64.679
	2010	2009	01/01/2009
Passivo			
Imposto de renda	712	175	175
Contribuição social	33	63	63
Total - não circulante	745	238	238

15 Contas a receber da Concessão

A Companhia reconheceu o ativo financeiro referente ao direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro como indenização da infraestrutura não amortizada ao final da concessão dos serviços públicos de energia elétrica (vide nota explicativa nº 36), classificado como empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01/01/2009 o saldo dessa rubrica monta em R\$94.006 e R\$77.108 e R\$53.714, respectivamente.

16 Intangível

a) Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infra-estrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	2009	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	2010
Em Serviço						
Custo	301.903	-	12.769	(2.606)	-	312.066
Amortização	(192.241)	-	-	2.248	(22.504)	(212.497)
Subtotal	109.662	-	12.769	(358)	(22.504)	99.569
Em Curso (*)	17.623	33.156	(12.769)	(23.993)	-	14.017
Total	127.285	33.156	-	(24.351)	(22.504)	113.586
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	39.200	-	2.160	(82)	-	41.278
Amortização	(7.404)	-	-	27	(6.013)	(13.390)
Subtotal	31.796	-	2.160	(55)	(6.013)	27.888

Notas Explicativas

Em Curso (*)	29.503	10.425	(2.160)	(7.072)	-	30.696
Total	61.299	10.425	-	(7.127)	(6.013)	58.584
Total Geral	65.986	22.731	-	(17.224)	(16.491)	55.002
	1/1/2009	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	2009
Em Serviço						
Custo	286.015	-	19.220	(3.332)	-	301.903
Amortização	(174.445)	-	-	2.664	(20.460)	(192.241)
Subtotal	111.570	-	19.220	(668)	(20.460)	109.662
Em Curso(*)	30.992	42.175	(19.220)	(36.324)	-	17.623
Total	142.562	42.175	-	(36.992)	(20.460)	127.285
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	34.376	-	5.298	(474)	-	39.200
Amortização	(2.402)	-	-	101	(5.103)	(7.404)
Subtotal	31.974	-	5.298	(373)	(5.103)	31.796
Em Curso (*)	30.411	18.521	(5.298)	(14.131)	-	29.503
Total	62.385	18.521	-	(14.504)	(5.103)	61.299
Total Geral	80.177	23.654	-	(22.488)	(15.357)	65.986

(*) As baixas do intangível e obrigações especiais em curso, referem-se as transferências para contas a receber da concessão

A infra-estrutura utilizada pela Companhia nas suas operações, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infra estrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos utilizados na infra-estrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média de amortização utilizada é de (4,69%).

Durante o exercício de 2010 e 2009 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Encargos financeiros contabilizados no resultado (*)	24.327	18.457
(-) transferência para o intangível em curso	(648)	(401)
Efeito líquido no resultado	<u>23.679</u>	<u>18.056</u>

(*) Conforme CPC20 as controladas utilizaram a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

17 Obrigações especiais vinculadas à concessão

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão, estão reduzidos pelas obrigações especiais vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Contribuições do consumidor	98.211	96.946	97.214

Notas Explicativas

Participação da União - recursos CDE	47.736	38.136	33.120
Participação do Governo do Estado	16.213	16.993	4.992
Reserva para reversão	1.409	1.409	1.409
(-) Amortização acumulada	<u>(13.390)</u>	<u>(7.404)</u>	<u>(2.402)</u>
Total	<u>150.179</u>	<u>146.080</u>	<u>134.333</u>
Alocação:			
Contas a receber da concessão	91.595	84.781	71.948
Infra-estrutura - Intangível em serviço	27.888	31.796	31.974
Infra-estrutura - Intangível em curso	<u>30.696</u>	<u>29.503</u>	<u>30.411</u>
Total	<u>150.179</u>	<u>146.080</u>	<u>134.333</u>

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As participações da União - recursos CDE, provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e a participação do Governo do Estado estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

18 Programa Nacional de Universalização e Luz Para Todos

Abaixo apresentamos as características dos Programas de Universalização de Energia e LUZ PARA TODOS, iniciados no exercício de 2004.

Programa Luz para Todos (1)	%
Governo Estadual	9,8
Governo Federal - CDE	41,2
Distribuidora - RGR	34
Distribuidora - próprios	15
Recursos investidos - (R\$ mil)	100.463
Recursos recebidos da Eletrobrás/Estado - (R\$ mil)	107.556
Ligações executadas	25.848
Ano de Conclusão	2011
R\$ mil a investir	7.210
Consumidores a atender	1.250
Universalização(2):	
Ano de conclusão	2005
R\$ mil investidos	8.400
Consumidores atendidos	15.023

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Pelos números apresentados, verifica-se que a Companhia esta tendo seu mercado sensivelmente aumentado com a ligação dos consumidores contemplados pelos respectivos Planos de Universalização e do Programa Luz para Todos, ressaltando-se que, além desses, estarão sendo conectados aos sistemas da Companhia aqueles oriundos do crescimento vegetativo, já que os aqui indicados compõem apenas o déficit atual.

Notas Explicativas

A Administração destaca o desafio na implantação desses Programas, nos quais foram aplicados recursos de investimentos, considerando os que foram investidos na ampliação do sistema para atender ao crescimento vegetativo, no acréscimo da capacidade instalada e na manutenção das instalações existentes. Entretanto, tais investimentos contribuirão, em muito, para minimizar diferenças regionais, além de ampliar o mercado consumidor, evitando o êxodo rural para as grandes cidades, como também impactando, com reflexos diretos, as potencialidades de crescimento do Estado de Minas Gerais.

19 Fornecedores

	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
Suprimento (1):			
Furnas	136	305	217
Contratos Bilaterais	20.170	18.618	16.918
CCEE	848	398	490
Uso do sistema de transmissão/distribuição (1)	6.132	4.594	3.937
Materiais e serviços e outros (2)	7.134	7.173	6.105
Total	34.420	31.088	27.667
Circulante	33.842	30.448	27.388
Não circulante	578	640	279

- 1 Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- 2 Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

20 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operação	Encargos da dívida	Principal		Total			Ref.
		Circulante	Não Circulante	2010	2009	01/01/2009	
Em moeda nacional							
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	313	19.221	13.602	33.136	47.993	49.922	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	135	-	15.000	15.135	15.112	14.785	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	65	1.605	6.241	7.911	8.730	10.591	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	1	14	56	71	77	87	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	266	2.986	23.778	27.030	23.610	16.865	
Banco Itaú - repasse FINAME	4	74	246	324	-	-	
Banco HSBC - repasse BNDES	18	2.939	1.315	4.272	6.846	9.088	
Banco HSBC - repasse BNDES	12	673	2.102	2.787	3.042	-	
Banco HSBC - repasse BNDES	5	188	819	1.012	1.183	-	
Banco HSBC - repasse BNDES	11	319	1.378	1.708	-	-	
CCB - Banco Bradesco	1.382	12.500	50.000	63.882	75.833	76.421	(1)
Total em moeda nacional	2.212	40.519	114.537	157.268	182.426	177.759	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(193)	(356)	(560)	(785)	-	
Total	2.201	40.326	114.181	156.708	181.641	177.759	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$21.511 (R\$4.464 em 2009), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1)O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 e dezembro de 2010 alguns índices financeiros estipulado pelo contrato não foram atingidos. A administração negociou e conseguiu junto ao credor o reposicionamento dos índices, de forma a ficar adimplente com as exigências contratuais. Essas novas condições foram formalizadas pela instituição financeira no exercício de 2010.

Em 31 de dezembro de 2009, alguns dos índices financeiros estipulados pelo contrato do Itaú BBA (CCB com garantia do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento), firmado pela controladora, não foram atingidos. A Administração da controladora, negociou e conseguiu junto ao credor o reposicionamento dos índices, de forma a ficar adimplente com as exigências contratuais. Em face das

Notas Explicativas

novas condições terem sido formalizadas pela Instituição financeira em fevereiro de 2010, a Companhia em atendimento ao CPC 26 reclassificou no balanço de 2009 o saldo registrado no passivo não circulante no montante de R\$44.995 para o passivo circulante, de todos os contratos que apresentaram *cross default*.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2010:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	Ref
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	11	CDI	+	0,8%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	102	CDI	+	0,7%
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	38	RGR	+	5,0%
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	38	RGR	+	5,0%
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	54	RGR	+	5,0%
Banco HSBC - repasse BNDES	jun-2012	mensal	Recebíveis	9	TJLP	+	4,7%
Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	31	TJLP	+	4,3%
Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval da Energisa S.A.	33	UMBND	+	4,3% + juros variáveis
Banco HSBC - repasse BNDES	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	33	TJLP	+	3,9%
Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal, após jan.2011	Aval Energisa S.A.	25	pré-fixado		4,5%
Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	33	CDI	+	1,25%

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2010	2009
US\$ x R\$	-4,30%	-25,5%
TJLP	6,0%	6,12%
SELIC	9,77%	11,99%
CDI	9,74%	9,88%
IPCA	5,91%	4,31%
IGP-M	11,32%	-1,71%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2010
2012	32.393
2013	17.637
2014	17.637
2015	17.564
2016	4.489
Após 2016	24.461
Total	114.181

21 Debêntures

Em dezembro de 2009, a Energisa Minas Gerais emitiu 60 mil debêntures da sua 7ª emissão, com esforços restritos para captação no mercado local de acordo com a Instrução Normativa CVM nº 476, de 16/01/2009, no total de R\$60,0 milhões, com vencimento em 15 de dezembro de 2014. As debêntures são remuneradas semestralmente pela Taxa DI acrescida de um spread de 1,9% ao ano e será objeto de repactuação em 15 de dezembro de 2012. As debêntures são de série única e não são conversíveis em ações. Os recursos estão sendo utilizados para o curso normal de seus negócios e para o refinanciamento de empréstimos contraídos para fins de capital de giro.

Principais características das debêntures:

7ª Emissão

Notas Explicativas

	<u>7ª Emissão</u>
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,9% a.a
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 31/12/2010 (*)	<u>59.973</u>
Circulante	313
Não circulante	59.660
Saldos em 31/12/2009 (*)	<u>59.867</u>
Circulante	59.867
Não circulante	-

(*) Deduzido de R\$370 em 2010 e 2009, referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2010 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2009, alguns dos índices financeiros estipulados pelo contrato de empréstimos e financiamento do Itaú BBA (CCB com garantia do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento), firmado com a controladora, não foram atingidos e a Administração somente obteve o reposicionamento dos índices junto ao credor em fevereiro de 2010. Como as debêntures possuem cláusulas cross default e em atendimento ao CPC 26 foi reclassificado o saldo registrado no passivo não circulante no montante de R\$59.630 para o passivo circulante.

Os saldos das debêntures no montante de R\$59.660 têm seu vencimento programado para o ano de 2014

22 Tributos e Contribuições Sociais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
ICMS	18.572	13.945	13.143
Encargos Sociais	392	464	540
IRPJ	2.091	2.603	25
CSSL	2.337	1.771	9
PIS/COFINS	5.896	5.818	2.550
IRRF	276	253	177
Outros	449	444	301
Total	<u><u>30.013</u></u>	<u><u>25.298</u></u>	<u><u>16.745</u></u>
Circulante	28.960	24.307	16.124
Não circulante	1.053	991	621

23 Parcelamento de impostos

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia, aderiu ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 11.941/2009, com pagamento à vista de R\$435, tendo parcelado em 30 meses o saldo de R\$5.178, o qual está sendo liquidado pela prestação mínima até a consolidação dos débitos.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o saldo dos impostos parcelados esta assim programada:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/2009</u>
2009	-	-	1.140
2010	-	1.994	1.110

Notas Explicativas

2011	1.194	1.994	1.110
2012	2.319	997	1.110
2013	1.665	-	1.110
Após 2013	-	-	2.167
Total	5.178	4.985	7.747
Circulante	1.195	1.994	1.140
Não circulante	3.983	2.991	6.607

24 Provisões para contingências

A Administração da ENERGISA MG, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	2009	Provisões constituídas	Reversões de provisões			2010
			Perdas	Redução	Atualização	
Trabalhistas	6.485	610	(10)	-	890	7.975
Cíveis	1.866	630	(215)	-	-	2.281
Fiscais	371	-	-	-	-	371
Total	8.722	1.240	(225)	-	890	10.627
Depósitos e cauções vinculados (*)	(1.253)	-	309	-	-	(944)

	01/01/2009	Provisões constituídas	Reversões de provisões			2009
			Perdas	Redução	Atualização	
Trabalhistas	4.279	1.711	-	-	495	6.485
Cíveis	1.422	529	(85)	-	-	1.866
Fiscais	600	371	-	(600)	-	371
Total	6.301	2.611	(85)	(600)	495	8.722
Depósitos e cauções vinculados (*)	(324)	-	(929)	-	-	(1.253)

(*) A Energisa MG possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$1.016 (R\$1.325 em 2009) sendo que R\$72 (R\$72 em 2009) não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis:**Trabalhistas**

Durante o exercício de 2010, a assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, efetuou análise dos processos trabalhistas em andamento e, como consequência, constatou-se que a provisão constituída encontrava-se inferior ao necessário para cobrir as prováveis perdas. Conseqüentemente, provisionou no exercício valor de R\$610 (R\$1.711 em 2009) e reverteu o montante de R\$10.

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$400 (R\$40 em 2009).

No exercício de 2010, foram provisionados o montante de R\$630 (R\$529 em 2009) e revertido o

Notas Explicativas

montante de R\$215 (R\$85 em 2009).

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas de Cofins, INSS, PIS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

No exercício de 2010, não houve alteração da provisão constituída. Em 2009 foi efetuado a constituição de provisão de R\$371 e reversão de R\$600.

A Administração, baseada no parecer de seus consultores jurídicos, entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos referidos consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de êxito foi estimada como remota ou de perda de provisão.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$37.973 (R\$25.838 em 2009), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Refere-se à reclamação trabalhista que tem por objeto diferenças de periculosidade e indenização referente a acidente do trabalho onde a Companhia figura como litisconsorte passivo de empreiteiras (pleito de responsabilidade subsidiária), equivalente a R\$3.328 (R\$454 em 2009).

Cíveis

Essas ações têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente a consumidores reivindicando o reembolso dos valores pagos à Companhia resultantes de PIS, COFINS e ICMS, bem como ação de indenização e causas relacionadas a relação de consumo (suspensão de fornecimento, recuperação de consumo fraudado pelo consumidor), no montante de R\$14.893 (R\$6.625 em 2009).

Fiscais

Essas ações têm por objeto, pedidos relacionados a aproveitamento de crédito de ICMS, diferenças de Imposto de Renda, PIS e COFINS, no montante de R\$19.752 (R\$18.759 em 2009).

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R\$44.171, atribuídos a 370.676.009.271 ações ordinárias, 79.783.895.791 ações preferenciais classe "A" e 253.492.770 ações preferenciais classe "B", todas sem valor nominal.

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos de 10% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações. As ações preferenciais classe "B" não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, de 6% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 bilhões de ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

Notas Explicativas

25.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitado a 20% do capital social.

25.3 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos do exercício foram calculados como se segue:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	53.317	36.015
Ajuste pela adoção dos padrões internacionais de contabilidade	(1.629)	-
Dividendos prescritos	131	-
Reserva legal	-	(1.484)
Transferência do excesso da reserva legal	1.042	-
Lucro líquido ajustado	<u>52.861</u>	<u>34.531</u>
Dividendos antecipados autorizados pela RCA (*):		
. Em 30 de outubro de 2009 - R\$0,0309 por lote de mil ações	-	13.932
. Em 24 de maio de 2010 - R\$0,01906 por lote de mil ações	8.591	-
. Em 27 de agosto de 2010 - R\$0,034477 por lote de mil ações	15.539	-
. Em 04 de novembro de 2010 - R\$0,020784 por lote de mil ações	9.368	-
	<u>33.498</u>	<u>13.932</u>
Dividendos adicionais propostos R\$0,04295 (R\$0,03165 em 2009) por lote de mil ações (**):	19.363	14.264
Total dos dividendos	<u>52.861</u>	<u>28.196</u>
% sobre o lucro líquido ajustado	100	79

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 23 de maio, 27 de agosto e 04 de novembro de 2010 e foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010.

(**) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08. O Conselho de Administração deliberou em 24 de fevereiro de 2011 o pagamento desses dividendos em 15 de março de 2011.

26 Receita operacional

	2010			2009		
	Não auditado			Não auditado		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	280.048	380.213	216.064	271.621	359.643	193.866
Industrial	3.640	271.880	110.992	3.632	256.521	98.977
Comercial	31.393	189.839	94.170	30.762	179.730	84.415
Rural	62.802	134.479	43.269	60.767	129.510	39.301
Poder Público:						
Federal	58	424	211	56	405	190
Estadual	507	8.967	4.471	490	8.572	4.056
Municipal	3.147	18.890	9.404	3.034	18.052	8.531
Iluminação Pública	260	66.613	18.943	260	65.026	17.489
Serviço Público	536	35.239	13.021	537	33.719	11.566
Consumo Próprio	89	2.966	-	88	2.633	-
Subtotal	<u>382.480</u>	<u>1.109.510</u>	<u>510.545</u>	<u>371.247</u>	<u>1.053.811</u>	<u>458.391</u>
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	10.105	-	-	8.132

Notas Explicativas

Suprimento	-	38.561	2.811	-	54.963	3.094
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(4.988)	(874)	-	2.715	1.533
Disponibilização do sistema de transmissão. e de distribuição	9	-	41.582	-	-	37.184
Receita de Construção	-	-	23.121	-	-	24.017
Outras receitas operacionais	-	-	5.057	-	-	4.830
Total - receita operacional bruta	382.489	1.143.083	592.347	371.247	1.111.489	537.181
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	109.969	-	-	97.411
PIS	-	-	9.364	-	-	8.436
COFINS	-	-	43.132	-	-	38.858
ISS	-	-	90	-	-	90
Quota para RGR	-	-	2.966	-	-	1.851
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.875	-	-	1.680
Conta de Desenv. Energético - CDE	-	-	12.249	-	-	11.519
Conta de Desenv. Energético - CCC	-	-	13.827	-	-	10.623
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	3.000	-	-	1.717
TOTAL	-	-	196.472	-	-	172.185
Total - receita operacional líquida	382.489	1.143.083	395.875	371.247	1.111.489	364.996

Notas Explicativas

27 Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS GERAIS			TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	E ADMINIST.	2010	2009	
Energia elétrica comprada para revenda	157.438	-	-	-	-	157.438	155.052	
Encargo de uso-sist. de trans. e distrib.	47.272	-	-	-	-	47.272	38.408	
Pessoal e administradores Entidade de previdência privada	-	12.311	93	2.466	8.716	23.586	18.443	
Material	-	32	-	4	208	244	190	
Serviços de terceiro	-	1.667	9	1.841	1.464	4.981	4.218	
Depreciação e amortização	-	13.531	(3)	6.795	23.214	43.537	38.544	
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	15.476	-	304	473	16.253	14.290	
Provisões para contingências	-	-	-	(15.674)	-	(15.674)	5.170	
Custo de construção	-	1.016	-	-	-	1.016	1.925	
Outras	-	23.121	-	-	-	23.121	24.017	
	-	1.028	1	383	5.086	6.498	5.783	
	204.710	68.182	100	(3.881)	39.161	308.272	306.040	

28 Outros Resultados

	2010	2009
Outras receitas:		
Ganho na alienação/desativação	1.052	1.369
Outros	(49)	(7)
	1.003	1.362
Outras despesas:		
Perda na alienação/desativação:	(1.610)	(825)
Outros	67	15
	(1.543)	(810)

29 Receitas de despesas financeiras

	2010	2009
Receita de aplicações financeiras	6.678	2.027
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	6.005	5.378
Ajuste valor presente passivo	-	453
Outras receitas financeiras	10.673	8.788
Total receitas financeiras	23.356	16.646
Encargos de dívidas - juros	(24.327)	(18.457)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	47	107
Transferência para ordens em curso	648	401
Ajuste valor presente ativo	(128)	(418)
Marcação a mercado derivativos	-	2.225
Instrumentos financeiros derivativos	-	(153)
Outras despesas financeiras	(5.968)	(5.475)
Total despesas financeiras	(29.728)	(21.770)
Total receitas (despesas) financeiras	(6.372)	(5.124)

30 Lucro por ação

Notas Explicativas

A Companhia não alterou o número de ações em circulação de seu capital social. Desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído esta sendo calculado de acordo com o número de ações no final do exercício de 370.676.009.271 ações ordinárias, 80.037.388.561 ações preferenciais classe "A" e "B".

31 Cobertura de seguros

A política de Seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2010	2009
Riscos Nomeados	23/10/2011	28.180	162	167
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2011	33.734	115	105
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2011	até R\$200 / veículo	55	57
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	1/12/2011	28.856	169	146
			<u>501</u>	<u>475</u>

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

32 Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de arrendamento financeiro de veículos no montante de R\$195 (R\$358 em 2009) líquido de amortização, registrados no ativo intangível.

As despesas de amortização foram de R\$163 (R\$275 em 2009).

Notas Explicativas

33 Instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis e de mercado dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	2010		2009		01/01/2009	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
ATIVO						
Caixa e equivalente de caixa	29.850	29.850	66.865	66.865	16.118	16.118
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	28.329	28.329	15.295	15.295	6.581	6.581
Consumidores e concessionárias	105.170	105.170	69.051	69.051	65.992	65.992
Títulos de créditos a receber e outros	6.844	6.844	9.014	9.014	10.261	10.261
Conta a receber da concessão	94.006	94.006	77.108	77.108	53.714	53.714
PASSIVO						
Fornecedores	(34.420)	(34.420)	(31.088)	(31.088)	(27.667)	(27.667)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	(216.681)	(217.232)	(241.508)	(241.907)	(177.759)	(177.759)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009 que revogou a Deliberação nº 566/2008, a descrição dos saldos contábeis e dos valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estão identificadas a seguir:

Não derivativos

- Caixa e Equivalente de caixa

Corresponde basicamente às aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias pelas taxas contratadas e estão mensuradas ao seu valor na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

- Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento estão mensuradas ao seu valor na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

- Consumidores e concessionárias, títulos de crédito a receber e outros créditos

São classificados como “empréstimos e recebíveis”, e estão registrados pelos seus valores originais, atualizados pelos encargos contratados, quando aplicável e sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável, que equivalem ao valor de mercado.

- Contas a receber da concessão

São classificadas como recebíveis e mantidos ao custo amortizável sendo sua remuneração reconhecida como receita operacional - receita financeira, conforme previsto no OCPC 05.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia e suas controladas, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não divergem significativamente do valor de mercado.

- Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas e debêntures

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de energia e de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, BNDES, estão compatíveis com o valor de mercado

Notas Explicativas

de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso das debêntures de 7ª Emissão o valor de mercado difere do valor contábil. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo”.

- **Derivativos**

É importante ressaltar que os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações

A controladora e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valores de mercado. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. A maior parte dos contratos de derivativos é efetuada com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Limitações

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve sua primeira revisão em 27 de abril de 2010, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial as operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

Notas Explicativas

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	33.842	-	-	-	-	33.842
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	21.390	40.151	88.078	113.525	37.799	300.943

b) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitos às modificações dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

c) Risco da taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 20, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições financeiras do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estar buscando estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não apurou resultado referente aos mecanismos de proteção cambial, exceto pelos efeitos da marcação a mercado, tendo apurado R\$153 de resultado negativo no exercício de 2009.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2010, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 12,06% a.a. e a TJLP = 6% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
	(R\$ mil)				
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	51.851	Alta CDI	6.243	7.805	9.367
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(172.497)	Alta CDI	(5.573)	(6.759)	(7.922)
	(9.427)	Alta TJLP	(242)	(276)	(309)
	-	Alta FNE	-	-	-
Subtotal (**)	<u>(181.924)</u>		<u>(5.815)</u>	<u>(7.035)</u>	<u>(8.231)</u>
Total	<u>(130.073)</u>		<u>428</u>	<u>770</u>	<u>1.136</u>

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2011 (12,06% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2010 e a TJLP 6% a.a.

(**) Saldo exclui operações com taxas fixas no valor de R\$35.734.

Gestão do Capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros	Nível	2010	2009	1/01/2009
Ativos				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	28.329	15.295	6.581
Contas a receber da concessão	3	94.006	77.108	53.714
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	(2.225)

A movimentação do ativo financeiro nível 3 é como segue:

Movimentação	2010	2009
Saldo - 2009 e 01/01/2009	77.108	53.714
Adições	16.921	23.394
Baixas	(24)	-
Saldo - 2009 e 2010 - não circulante	94.005	77.108

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

34 Benefícios a empregados**a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões**

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se os ativos líquidos do plano são suficientes para garantir os compromissos atuariais.

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/ folha de pagamento	Superávit atuarial (*)	
		2010	2009		2010	2009
Energisa MG	CD	244	190	0,96	-	-
Energisa MG	BD	-	-	-	4.586	5.366

(*) o Superávit está registrado na rubrica "baixa renda e devedores diversos" no ativo circulante, R\$161 (R\$161 em 2009) e em "outro" no ativo não circulante no montante de R\$4.425 (R\$5.205 em 2009).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário independente.

A seguir está demonstrada a posição atuarial relacionados ao plano de aposentadoria de benefício definido (BD), em 31 de dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação 600/00 da CVM, tendo sido adotado Método Prospectivo:

	2010	2009
Valor presente das obrigações atuariais	(1.601)	(1.536)
Valor justo dos ativos do plano	5.780	7.100
(Ganhos) atuariais não reconhecidos	407	(198)
Ativo líquido	4.586	5.366

Demonstração da movimentação do compromisso da patrocinadora líquido do exercício de 2010:

Notas Explicativas

	2010	2009
Ativo atuarial líquido no início do exercício	5.366	3.584
Despesas correntes	(142)	(122)
Ganhos atuariais reconhecidos	(638)	1.904
Ativo atuarial líquido do final do exercício	4.586	5.366

Os ativos dos planos são como segue:

	2010	2009	01/01/2009
Cotas de fundos de renda fixa	4.470	5.566	4.557
Cotas de fundos de renda variável	1.310	1.534	682
	5.780	7.100	5.239

Em 31 de dezembro de 2010, a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2010	2009
Valor justo dos ativos no início do exercício	7.100	5.239
Benefícios pagos	(939)	(122)
Rendimento efetivo dos ativos	(381)	1.983
Valor justo dos ativos	5.780	7.100

Demonstração do valor presente das obrigações no exercício de 2010.

	2010	2009
Saldo no início do exercício	1.536	1.655
Benefícios pagos no ano	(939)	(122)
Juros sobre obrigação atuarial	99	159
(Perdas) nas obrigações atuariais	905	(156)
Saldo no final do exercício	1.601	1.536

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto atuarial	5,72%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,56%
Reajuste do benefício	0,00%
Crescimento salarial	0,00%
Inflação projetada	4,50%

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 83
Tábua de entrada em invalidez	NA

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa MG aos seus empregados:

Descrição**Participantes Assistidos:**

Número	6
Idade Média	76,3
Benefício Médio Mensal	R\$1,156

Pensionistas:

Número de Pensionistas	19
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,159

Prêmio aposentadoria

Notas Explicativas

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Com base em cálculo atuarial, foi provisionado como despesa de patrocínio do prêmio o montante de R\$1.126 em despesa de pessoal.

Para o exercício de 2011 a despesa de manutenção do plano é estimada em R\$276.

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no período, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Companhia.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	<u>2010</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.126
Valor justo dos ativos do plano	-
Passivo atuarial líquido a ser provisionado (*)	<u>1.126</u>

(*) A Companhia registrou o montante de R\$276 no passivo circulante e R\$850 no passivo não circulante.

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2010.

	<u>2010</u>
Valor presente das obrigações no início do ano	-
Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	1.126
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>1.126</u>

Demonstração das despesas para o exercício de 2011, segundo critérios da Deliberação 600 da CVM:

	<u>2010</u>
Valor presente das obrigações no início do ano	92
Juros sobre as obrigações atuariais	130
Custo da amortização	54
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>276</u>

Plano de saúde

A Companhia, tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2010 as despesas com esse benefício foram de R\$444 (R\$365 em 2009).

35 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

<u>Contratos de compra de energia</u>						
<u>Vigência</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>Após 2015</u>
2011 a 2044	142.967	147.794	156.118	157.601	157.194	1.522.394

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2010, e foram homologados pela ANEEL.

36 Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

Notas Explicativas

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

37 Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz estudo de impacto ambiental e apresenta as eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia;
3. O Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinentes. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos sócio ambientais, saúde e segurança;
4. Eliminação do ascarel: por tratar-se de um produto legalmente banido de uso em solo brasileiro, este tipo de óleo isolante sintético já foi totalmente descartado e eliminado na empresa;
5. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente;
6. Descarte de lâmpadas: A Companhia possui procedimento para descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública.
7. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
8. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida.
9. Atua junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e junto à Universidades e Órgãos do Meio Ambiente no apoio a treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores;
10. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder;

Notas Explicativas

No exercício de 2010, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$5.468 (R\$1.607 em 2009), sendo R\$3.831 (R\$1.524 em 2009) alocados no ativo imobilizado e R\$1.637 (R\$83 em 2009) em despesas operacionais.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais

Não se aplica à Companhia.

Proposta de Orçamento de Capital

Orçamento de capital

Não se aplica à Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras informações que a Companhia entenda relevantes

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A.
Cataguases – MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC-RJ-057.497/O-2-S-MG

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento e encaminhado proposta para a aprovação do mesmo pelo Conselho de Administração.

Cataguases, 17 de março de 2011.

Gabriel Alves Pereira Júnior
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Antonio José Maciel de Medina
Diretor de Gestão de Pessoas

Marco Aurélio Madureira da Silva
Diretor Comercial e de Distribuição

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento e encaminhado proposta para a aprovação do mesmo pelo Conselho de Administração.

Cataguases, 17 de março de 2011.

Gabriel Alves Pereira Júnior
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Antonio José Maciel de Medina
Diretor de Gestão de Pessoas

Marco Aurélio Madureira da Silva
Diretor Comercial e de Distribuição